



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES

Secretaria Municipal de Saúde

Compras / Licitação

Ofício SMS/DIRA- COMPRAS 0224/2026

A/C Nilyê Faria de Oliveira

Setor de Licitações

Cataguases, 23 de Abril de 2026.

Assunto: Manifestação acerca do item (iii) do Parecer nº 279/2026

Em atenção ao Parecer nº 279/2026, especialmente quanto ao item (iii), que recomenda a validação pelos setores técnicos competentes acerca da suficiência e atualidade da pesquisa de preços, cumpre esclarecer:

A referida validação já se encontra contemplada no presente processo, uma vez que a pesquisa de preços foi realizada com base em cotações obtidas junto ao mercado, refletindo os valores praticados e conhecidos pelos setores técnicos envolvidos.

Ressalta-se que a elaboração e assinatura dos documentos que instruem o processo, pelos setores competentes, já evidenciam a análise e concordância quanto à compatibilidade dos preços levantados com a realidade de mercado, atendendo, portanto, ao objetivo da recomendação.

Dessa forma, entende-se que o apontamento constante do parecer possui caráter orientativo e já se encontra atendido no âmbito do processo administrativo, não havendo necessidade de adoção de providências adicionais.

Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

VINICIUS FRANZONI
BARBOSA
FERREIRA:074077836
67

Assinado de forma digital por
VINICIUS FRANZONI BARBOSA
FERREIRA:07407783667
Dados: 2026.04.23 13:10:47
-03'00'

Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

PARECER JURÍDICO Nº 279/2026

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS. DEMANDAS JUDICIAIS NA ÁREA DA SAÚDE. LEI Nº 14.133/2021. ANÁLISE JURÍDICO-FORMAL DA FASE PREPARATÓRIA. REGULARIDADE. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO CERTAME. RESPONSABILIDADE DOS SETORES COMPETENTES QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO. PARECER OPINATIVO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, por meio do **Memorando nº 296/2026**, na qual se solicita parecer jurídico quanto à análise de **abertura de processo licitatório nº 043/2026**, na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 018/2026**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, destinado à futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos manipulados, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cataguases/MG.

Constam dos autos para instrução do feito, o edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência com a especificação do objeto e estimativa de quantitativos, as solicitações de demanda oriundas da Secretaria de Saúde, bem como o mapa analítico de cotação de preços, acompanhado da justificativa da escolha dos fornecedores consultados, tendo sido apurado valor estimado global de R\$ 3.956,77, além de declaração do setor requisitante atestando o cumprimento das exigências previstas na Lei nº 14.133/2021 quanto ao planejamento da contratação.

Registra-se, ainda, que a contratação pretendida decorre da necessidade de atendimento a demandas judiciais que impõem ao Município o fornecimento de medicamentos manipulados não padronizados na rede pública.

É o relatório. Passo à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A presente manifestação jurídica insere-se no âmbito do controle prévio de

legalidade da fase preparatória da licitação, nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, restringindo-se à análise dos aspectos jurídico-formais constantes dos autos, sem adentrar no mérito administrativo, cuja apreciação compete à autoridade competente.

No caso em exame, verifica-se que a Administração optou pela adoção da modalidade pregão eletrônico, sob o sistema de registro de preços, para aquisição de medicamentos manipulados, classificados como bens comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme expressamente indicado no Termo de Referência, o que, em princípio, se mostra juridicamente adequado.

Observa-se que o procedimento encontra-se instruído com Estudo Técnico Preliminar apto a demonstrar a necessidade da contratação, destacando que os medicamentos manipulados destinam-se ao cumprimento de decisões judiciais, circunstância que evidencia não apenas a relevância da contratação, mas também a obrigatoriedade da atuação estatal para assegurar o direito fundamental à saúde e a continuidade da prestação do serviço público.

No tocante ao Termo de Referência, verifica-se a adequada delimitação do objeto, a definição dos requisitos técnicos, das condições de fornecimento, dos critérios de aceitação e das exigências de qualificação técnica, incluindo licenciamento sanitário e autorizações pertinentes, o que se mostra compatível com a natureza sensível do objeto e com a necessidade de garantia de qualidade, segurança e rastreabilidade dos medicamentos manipulados.

Quanto à pesquisa de preços, constata-se a realização de levantamento de mercado mediante consulta a múltiplos fornecedores, com apresentação de justificativa acerca da escolha dos parâmetros utilizados, evidenciando, em princípio, aderência às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 quanto à formação do valor estimado da contratação. Não obstante, recomenda-se, por cautela, que os setores técnicos assegurem a adequada formalização da metodologia adotada na pesquisa de preços, de modo a evidenciar a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado.

No que concerne ao edital, observa-se que foram estabelecidas as regras de participação, critérios de julgamento pelo menor preço por item, condições de habilitação, bem como previsão de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a legislação aplicável.

Ressalta-se que as informações técnicas constantes dos autos, inclusive no que se refere à pesquisa de preços e à definição do objeto, são de responsabilidade dos setores competentes, presumindo-se verdadeiras e adequadas para fins da presente análise jurídica, não cabendo a esta Procuradoria a aferição de sua suficiência técnica.

Além disso, considerando tratar-se de fornecimento vinculado a demandas judiciais, revela-se recomendável que a Administração mantenha controle rigoroso quanto à execução futura da ata, especialmente no que se refere à aderência às prescrições médicas e à rastreabilidade dos produtos fornecidos, aspectos já

contemplados no planejamento, mas que exigem acompanhamento contínuo.

No que se refere à dotação orçamentária, tratando-se de Sistema de Registro de Preços, sua indicação específica não se mostra necessária neste momento, devendo ser exigida quando da formalização de cada contratação decorrente da ata, mediante emissão do respectivo empenho, sem prejuízo da necessária observância da existência de disponibilidade orçamentária estimada, nos termos do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela possibilidade jurídica de abertura do Processo Licitatório nº 043/2026**, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, por se encontrar, em análise formal, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o presente entendimento não afasta a responsabilidade dos setores competentes quanto aos aspectos técnicos e operacionais da contratação, especialmente no que se refere à definição do objeto e à formação do preço estimado e à adequada execução do ajuste.


Registra-se, por oportuno, que eventuais apontamentos consignados nesta manifestação possuem caráter meramente preventivo, não constituindo condicionantes ao prosseguimento do feito, destinando-se à mitigação de riscos na fase de execução contratual e em eventual controle externo.

Nesse contexto, não se vislumbra, neste momento, a necessidade de retorno dos autos para nova análise jurídica, ressalvada a hipótese de superveniência de fatos novos ou alterações relevantes no procedimento.

Por fim, destaca-se que o presente parecer possui natureza opinativa, cabendo à autoridade competente a análise quanto à conveniência e oportunidade da prática do ato administrativo.

É o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 17 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA DE SOUSA RESENDE NAVARRO DE MO
Data: 23/04/2026 12:09:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PATRÍCIA DE S. R. NAVARRO DE MORAES
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 155.599